

# Portadores de Necessidades Especiais

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Selecionada / Legislação por Assunto

Data da atualização: 21.9.2022

| Legislação Federal   |  |
|--|--|
| Legislação   | Ementa   |
| <b><u>Decreto Federal nº 10.014, de 06 de setembro de 2019</u></b> | Altera o Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. |
| <b><u>Lei Federal nº 13.835, de 04 de junho de 2019</u></b>        | Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para assegurar às pessoas com deficiência visual o direito de receber cartões de crédito e de movimentação de contas bancárias com as informações vertidas em caracteres de identificação tátil em braile.  |
| <b><u>Lei Federal nº 13.830, de 13 de maio de 2019</u></b>         | Dispõe sobre a prática da equoterapia.   |
| <b><u>Decreto Federal nº 9.762, de 11 de abril de 2019</u></b>     | Regulamenta os art. 51 e art. 52 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para dispor sobre as diretrizes para a transformação e a modificação de veículos automotores a fim de comporem frotas de táxi e de locadoras de veículos acessíveis a pessoas com deficiência.   |
| <b><u>Lei Federal nº 13.825, de 13 de maio de 2019</u></b>         | Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 (Lei de Acessibilidade), para estabelecer a obrigatoriedade de disponibilização, em eventos públicos e privados, de banheiros químicos acessíveis a pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.  |
| <b><u>Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015</u></b>                 | Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.   |

## Portadores de Necessidades Especiais

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Legislação por Assunto

Data da atualização: 21.9.2022

|   |   |
|---|---|
| <b><u>Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012</u></b>            | Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista  |
| <b><u>Decreto Federal Legislativo Nº 186, 2008</u></b>            | Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007.   |
| <b><u>Decreto Federal nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005</u></b> | Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.  |
| <b><u>Decreto Federal nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004</u></b>  | Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. |
| <b><u>Lei Federal nº 10.436, de 24 de abril de 2002</u></b>       | Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.   |
| <b><u>Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000</u></b>    | Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.  |
| <b><u>Lei Federal nº 10.048, de 8 de novembro de 2000</u></b>     | Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências.   |
| <b><u>Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999</u></b> | Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.   |

# Portadores de Necessidades Especiais

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Legislação por Assunto

Data da atualização: 21.9.2022

|  |  |
|--|--|
|  |  |
| <b><u>Lei Federal nº 7.853, de 24 de outubro de 1989</u></b> | Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. |

## Legislação Estadual

| Legislação   | Ementa   |
|--|--|
| <b><u>Lei nº 9.858 de 19 de Setembro de 2022</u></b>               | Dispõe sobre a obrigatoriedade, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro de adaptações de eventos realizados ao ar livre às pessoas com deficiência ou mobilidade e dá outras providências.   |
| <b><u>Decreto Estadual nº 48.209 de 19 de Setembro de 2022</u></b> | Regulamenta a Lei Estadual nº 5.427, de 01 de abril de 2009, no que dispõe sobre a produção e tramitação eletrônica de documentos e processos administrativos na administração Pública Estadual e dá outras providências.                                      |
| <b><u>Lei nº 9750 de 30 de junho de 2022</u></b>                   | Altera a Lei nº 7.354, de 14 de julho de 2016, para estender os benefícios do PROGRAMA DE DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO DO TRANSTORNO DO DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE - TDAH aos portadores do Transtorno Desafiador opositivo - TDO, na forma que menciona. |
| <b><u>Lei nº 9600 de 17 de março de 2022</u></b>                   | Estabelece penalidades administrativas às pessoas físicas ou jurídicas e agentes públicos que discriminem as pessoas com transtorno de espectro autista (TEA) no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências                                  |

## Portadores de Necessidades Especiais

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Legislação por Assunto

Data da atualização: 21.9.2022

|  |   |
|--|---|
| <b><u>Lei nº 9536 de 29 de dezembro de 2021</u></b>            | Dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas concessionárias de serviços públicos de transportes ferroviário, metroviário e aquaviário, viabilizarem meios para que pessoas com deficiência auditiva consigam identificar os horários das composições.                                 |
| <b><u>Lei Estadual nº 8.574, de 21 de outubro de 2019</u></b>  | Estabelece o cartão da pessoa com deficiência como forma comprobatória de que é portador de moléstia degenerativa de difícil percepção ou comprovação.  |
| <b><u>Lei Estadual nº 8.511, de 04 de setembro de 2019</u></b> | Altera o inciso I do artigo 3º da Lei nº 7.329 de 08 de julho de 2016, ampliando o conceito de pessoa com deficiência física.   |
| <b><u>Lei Estadual nº 8.506, de 30 de agosto de 2019</u></b>   | Garante às pessoas com transtorno do espectro autista (TEA) e com deficiência a inclusão da sua condição nos documentos de identificação expedidos pelo DETRAN, e dá outras providências.   |
| <b><u>Lei Estadual nº 8492, de 28 de agosto de 2019</u></b>    | Dispõe sobre a aquisição de equipamento que permita o acesso de pessoas com deficiência às praias do Estado do Rio de Janeiro.  |
| <b><u>Lei Estadual nº 8486, de 23 de agosto de 2019</u></b>    | Dispõe sobre o direito das pessoas com deficiência visual obterem as certidões de registro civil em braile.   |
| <b><u>Lei Estadual nº 8.455, de 08 de julho de 2019</u></b>    | Determina a inclusão de pessoas com deficiência psicossocial nos programas de qualificação profissional promovidos pelo Poder Executivo no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.  |
| <b><u>Lei Estadual nº 8415, de 12 de junho de 2019</u></b>     | Determina que todos os assentos dos transportes coletivos intermunicipais sejam destinados preferencialmente para uso de idosos, pessoas com crianças de colo, gestantes, obesos, deficientes e pessoas com limitação temporária de locomoção, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro. |
| <b><u>Lei Estadual nº 8.401, de 23 de maio de 2019</u></b>     | Cria o Programa Estadual para o incentivo à utilização da musicoterapia como tratamento terapêutico complementar de pessoas com deficiência, síndromes e/ou transtorno do espectro autista (TEA).   |

# Portadores de Necessidades Especiais

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Legislação por Assunto

Data da atualização: 21.9.2022

|  |  |
|--|--|
| <b><u>Lei Estadual nº 8383, de 18 de abril de 2019</u></b>     | Institui a criação das escolas da rede pública de educação bilíngue para surdos no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.   |
| <b><u>Lei Estadual nº 8348, de 01 de abril de 2019</u></b>     | Dispõe sobre o acesso de profissionais da área de saúde, que fazem tratamento de alunos com deficiência e ou mobilidade reduzida, transtornos globais do desenvolvimento, e com altas habilidades ou superdotação, nas dependências das escolas públicas e privadas. |
| <b><u>Lei Estadual nº 8338, de 29 de março de 2019</u></b>     | Institui o programa de prevenção à epilepsia e assistência integral às pessoas com epilepsia no Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.   |
| <b><u>Lei Estadual nº 8331, de 29 de março de 2019</u></b>     | Dispõe sobre a reserva de 15% das vagas de trabalho nos eventos esportivos e culturais, promovidos ou apoiados pelo Governo do Estado, para as pessoas com deficiência.  |
| <b><u>Lei Estadual nº 8326, de 29 de março de 2019</u></b>     | Modifica o art. 1º, § 5º, da lei nº 4.510, de 13 de janeiro de 2005, para incluir os portadores de HIV/AIDS no rol de beneficiados com a isenção do pagamento de tarifas nos serviços de transporte intermunicipal de passageiros.                                   |
| <b><u>Lei Estadual nº 8323, de 29 de março de 2019</u></b>     | Compete exclusivamente ao poder público o cadastramento e a concessão de gratuidade destinada as pessoas com deficiência, idosos e estudantes da rede pública.   |
| <b><u>Lei Estadual nº 8311, de 14 de março de 2019</u></b>     | Dispõe sobre o fornecimento de pulseiras de identificação para doentes crônicos (Alzheimer, Parkinson, Epilepsia e outros), autistas, idosos e qualquer pessoa em situação de vulnerabilidade.   |
| <b><u>Lei Estadual nº 8306, de 28 de fevereiro de 2019</u></b> | Altera a lei nº 4.746, de 11 de abril de 2006, que "dispõe sobre a merenda escolar distribuída aos alunos, portadores de diabetes mellitus, matriculados na rede pública estadual de ensino", incluindo os alunos com intolerância à lactose.                        |
| <b><u>Lei nº 7354, de 14 de julho de 2016.</u></b>             | Institui, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, o PROGRAMA DE DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO DO TRANSTORNO DO DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE – TDAH E DO TRANSTORNO  |

## Portadores de Necessidades Especiais

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Legislação por Assunto

Data da atualização: 21.9.2022

|  |  |
|--|--|
|  | DESAFIADOR OPOSITIVO – TDO, e dá outras providências. (Redação dada pela <a href="#">Lei 9750/2022</a> )   |
| <b><u><a href="#">Lei Estadual nº 6642, de 18 de dezembro de 2013</a></u></b>  | Dispõe sobre as vagas monitoradas de estacionamento de veículos automotores, nos estabelecimentos privados, para as pessoas com deficiência, com dificuldade de locomoção e idosos, na forma que menciona.                                     |
| <b><u><a href="#">Lei Estadual nº 6542, de 25 de setembro de 2013.</a></u></b> | Dispõe sobre a adequação de provas aos portadores de deficiência visual nas situações que menciona.  |
| <b><u><a href="#">Lei Estadual nº 6342, de 09 de novembro de 2012</a></u></b>  | Altera a Lei nº 5.187, de 14 de janeiro de 2008, que dispõe sobre a adequação dos guichês de atendimento no estado do Rio de Janeiro às pessoas com deficiência que utilizem cadeiras de roda.   |
| <b><u><a href="#">Lei Estadual nº 5959, de 26 de abril de 2011.</a></u></b>    | Altera a ementa, o art. 1º e o art. 2º da Lei nº 2650, de 5 de dezembro de 1996, que obriga os centros comerciais e supermercados a terem cadeiras de rodas para atender à clientela circunstancialmente necessitada de uso deste equipamento. |
| <b><u><a href="#">Lei Estadual nº 5955, de 18 de abril de 2011.</a></u></b>    | Torna obrigatória a afixação de cartazes em todos os estabelecimentos bancários do estado do Rio de Janeiro, informando sobre o teor da Lei de nº 4.374, de 15 de julho de 2004 e dá outras providências.                                      |
| <b><u><a href="#">Lei Estadual nº 5705, de 27 de abril de 2010.</a></u></b>    | Dispõe sobre a instalação de banheiros químicos, adaptados às necessidades de pessoas com mobilidade reduzida ou que utilizem cadeira de rodas.  |
| <b><u><a href="#">Lei Estadual nº 5682, de 05 de abril de 2010.</a></u></b>    | Dispõe sobre a afixação de cartazes, nas dependências de hospitais e postos de saúde, de informações sobre as vacinas infantis obrigatórias.   |

# Portadores de Necessidades Especiais

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Legislação por Assunto

Data da atualização: 21.9.2022

|   |   |
|---|---|
| <b><u>Lei Estadual nº 5671, de 25 de março de 2010.</u></b>     | Altera a Lei Estadual nº 5059, de 5 de julho de 2007. (Tratamento Preferencial)   |
| <b><u>Lei Estadual nº 3.837, de 20 de maio de 2002</u></b>      | Versa sobre a obrigatoriedade de reserva de vagas para os veículos dos portadores de deficiência física em órgãos públicos do estado do Rio de Janeiro.   |
| <b><u>Lei Estadual nº 3.807, de 04 de abril de 2002.</u></b>    | Dispõe sobre a concessão de horário especial aos servidores estaduais e empregados de empresas estatais, responsáveis por portadores de necessidades especiais que requeiram atenção permanente e dá outras providências. |
| <b><u>Lei Estadual nº 2.482, de 14 de dezembro de 1995.</u></b> | Altera a lei nº 2.298 de 28 de julho de 1994 e dá outras providências.  |
| <b><u>Lei Estadual nº 2.298, de 28 de julho de 1994.</u></b>    | Regulamenta o artigo 338, I, da constituição do estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.  |

**Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro**  
**Secretaria-Geral de Administração**

Departamento de Gestão e Disseminação do Conhecimento  
Divisão de Organização de Acervos do Conhecimento

Pesquisa elaborada e disponibilizada pelo Serviço de Captação e Estruturação do Conhecimento

Para sugestões, elogios e críticas: [seesc@tjrj.jus.br](mailto:seesc@tjrj.jus.br)